

Município de Sabrosa

AVISO

----- Dr. JOSÉ MANUEL DE CARVALHO MARQUES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SABROSA:-----

----- Avisa que, em reunião de Câmara de 27 (vinte e sete) de Novembro de 2014, o Executivo Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar o Movimento 1.º de Dezembro, que visa restabelecer o feriado nacional no dia 1 de dezembro. -----

----- Assim sendo, informam-se os potenciais interessados em aderir ao Movimento acima referenciado, que o respetivo abaixo-assinado e projeto de Lei da iniciativa legislativa de cidadãos, se encontra disponível nos Serviços de Atendimento desta Câmara Municipal. -----

SABROSA E PAÇOS DO CONCELHO, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


José Manuel de Carvalho Marques, Dr.



Movimento **1.º DE DEZEMBRO**

Lisboa, 14 de Novembro de 2014

Exm.º(a) Senhor(a) Presidente da Câmara,

Um dos fins do **Movimento 1º de Dezembro**, constituído em Julho de 2012, é o de lutar pelo restabelecimento do feriado nacional do 1º de Dezembro, que consideramos “o feriado dos feriados”, o mais nacional dos feriados nacionais, porque celebra o mais alto dos valores colectivos nacionais: o valor da independência nacional. Sem esta, nada seríamos.

Estamos certos de que o 1º de Dezembro será oportunamente reposto. Mas é importante no plano simbólico que isso resulte directamente de um **impulso da cidadania**. Na verdade, o feriado do 1º de Dezembro, o mais antigo dos feriados civis, foi instituído pela República logo nos seus primeiros dias, em 1910, então sob a denominação de “*Dia da Autonomia da Pátria Portuguesa*”; e esta determinação legal foi o eco da insistente reclamação patriótica animada desde 1861 na sociedade portuguesa a partir da, então, Comissão Central do 1º de Dezembro de 1640, hoje Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Por isso, **o feriado do 1º de Dezembro**, sendo um feriado do Estado, é um **feriado conquistado pela sociedade civil**, como hoje diríamos, o que exalta o seu extraordinário e ímpar valor cívico. É este carácter que gostaríamos de continuar a traduzir, a reafirmar e a reforçar: **um feriado nacional que arranca do coração profundo de Portugal**.

Neste trabalho cívico que, por graça, chamamos a “batalha do pleonismo” – *Restaurar a Restauração* – preparámos um projecto de lei para restabelecer o feriado nacional, seguindo o modelo da **Iniciativa Legislativa de Cidadãos**, que precisa de atingir o número de 35.000 subscritores antes de ser submetido à Assembleia da República.

Junto envio três ficheiros:

- um, com o impresso para a recolha de subscrições;
- outro, com o texto do projecto de lei, a fim de informar os susbscritores que o queiram ler;
- e outro, com um cartaz para o(s) local(is) de subscrição.

Movimento 1.º de Dezembro

a/c Sociedade Histórica da Independência de Portugal • Palácio da Independência

Largo de São Domingos, 11 • 1150-320 Lisboa

Telefone: 21 324 14 70 • Fax: 21 346 07 54

Email: movimento1dezembro@gmail.com • Internet: www.facebook.com/1dezembro • www.1dezembro.pt

Vimos apelar a V. Ex.^a para que **faça colocar os impressos que enviamos em anexo em lugar apropriado nos Paços do Concelho, ou noutros locais que para o efeito defina, animando os munícipes que sejam eleitores** (portanto, maiores de 18 anos) **a associarem-se a esta iniciativa legislativa de base e a subscreverem-na também.** [Nota: Embora a lei exija a indicação do número de eleitor de cada subscritor, não é necessário preencherem esse espaço, pois nós próprios poderemos encarregar-nos disso, quando recolhermos os impressos já preenchidos com os nomes, datas de nascimento, números de BI/Cartão de Cidadão e assinaturas.]

Na esperança da boa vontade de V. Ex.^a no apoio cívico a esta iniciativa patriótica, apresento os nossos melhores cumprimentos,

COORDENADOR-GERAL,

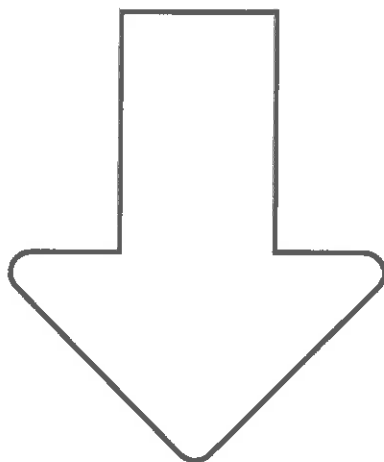


José Ribeiro e Castro

1 DE DEZEMBRO **DIA DE PORTUGAL**



O feriado dos feriados:
o mais antigo dos feriados civis,
o mais alto dos feriados patrióticos,
o mais nacional de todos os nossos feriados!



Assine aqui
a Iniciativa Legislativa de Cidadãos
para restaurar o feriado nacional
do 1º de Dezembro.

PROJECTO DE LEI
Iniciativa Legislativa de Cidadãos
Restauração do feriado nacional de 1 de Dezembro,
que celebra o valor da independência nacional de Portugal

Os cidadão eleitores, abaixo-assinados, subscrevem, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de Julho, o projecto de lei supra-indicado:

Nome completo	BI/Cartão de Cidadão	Data de nascimento	Eleitor nº	Assinatura

Comissão representativa dos cidadãos subscritores composta por: **José Ribeiro e Castro**, eleitor nº 31551 (Lisboa > São Jorge de Arroios); **Ana Menezes Barbosa**, eleitora nº 17996 (Bragança > Bragança (Sé)); **José Garcia Leandro**, eleitor nº C 3335 (Carnide, Lisboa); **Jorge Miranda**, eleitor nº F 1104 (Lisboa > São Domingos de Benfica); **Jorge Rangel**, eleitor nº 24300 (Lisboa > Alto do Pina); **Manuel Braga da Cruz**, eleitor nº B 1399 (Lisboa > Lapa); **Margarida Gonçalves Neto**, eleitora nº F 1331 (Lisboa > Alvalade); **Matilde Sousa Franco**, eleitora nº 13380 (Lisboa > Lapa); **Pedro Quartin Graça**, eleitor nº 13495 (Lisboa > Lumiar); **Ricardo Sá Fernandes**, eleitor nº 13775 (Lisboa > Pena)

DEPOIS DE PREENCHER, ENVIAR POR CORREIO PARA: M1D – José Ribeiro e Castro, Rua de D. Estefânia, 197 – 1.A | 1000-155 LISBOA

PROJECTO DE LEI
Iniciativa Legislativa de Cidadãos

**Restauração do feriado nacional de 1 de Dezembro,
que celebra o valor da independência nacional de Portugal**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O feriado nacional de 1 de Dezembro foi instituído, logo nos primeiros dias após a implantação da República, por decreto publicado no Diário do Governo, n.º 7, de 13 de Outubro de 1910.

Assim respondeu o Governo do País às movimentações e celebrações que se desenvolviam na sociedade portuguesa desde 1861, a partir da Comissão Central 1.ª de Dezembro (antecessora da actual Sociedade Histórica da Independência de Portugal) e como eco do manifesto patriótico então lançado.

No livro História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, publicado em 1940, escreve o coronel Eduardo Avelino Ramos da Costa:

«Em 5 de Outubro de 1910 é proclamada a República Portuguesa e a Comissão Central 1.ª de Dezembro de 1640 consegue que o respectivo Governo Provisório publique o Decreto determinando ser o Dia 1.º de Dezembro considerado feriado, dedicado à Autonomia da Pátria, decreto publicado no Diário do Governo n.º 7, de 13 de Outubro de 1910.

Foi uma aspiração da nossa colectividade realizada no regime republicano e nunca conseguida no tempo do regime monárquico» (ob. cit., p. 153).

Do conjunto de cinco feriados estabelecidos em 1910, o primeiro a ser solenemente celebrado seria justamente o do dia 1 de Dezembro, de novo com intervenção da Comissão Central 1.ª de Dezembro e a expresso pedido da Presidência do Governo. No extenso relatório elaborado pela Comissão Central e aprovado pelo Governo, sobre os festejos oficiais do primeiro 1.º de Dezembro, lê-se nomeadamente:

«[...] A Comissão Central entendeu que lhe cumpria dar corpo a tão patriótico intento, dirigindo-se ao povo, de quem recebeu o seu primitivo mandato, e convidando-o a associar-se por modo grandioso e entusiasta ao pensamento do governo provisório, demonstrando assim ao mundo civilizado o forte propósito que anima a nação de ser livre e assim querer continuar a sê-lo, através de todas as dificuldades.

Sob um tal propósito as festas da Restauração, afastando o carácter de represália entre povos, que se consideram irmãos, devem assumir somente a solenização da autonomia da Pátria Portuguesa, desprendida de todo e qualquer intuito reservado.

Neste cortejo cívico poderão tomar lugar todas as corporações civis e militares do Estado, todas as associações populares com os seus estandartes, todos os patriotas, que sintam palpitante em si próprios a fé pela grandeza nacional e, sobretudo, toda a mocidade, que frequente as escolas públicas ou particulares [...].»

Nesse ano de 1910, as festividades iniciaram-se às 13.00 horas na Praça do Marquês de Pombal, com um cortejo que desceu a Avenida da Liberdade e contornou o Monumento dos Restauradores, onde foi colocada a nova bandeira nacional. Discursaram o ministro da Guerra (coronel Correia Barreto) e o ministro dos Estrangeiros (Dr. Bernardino Machado). Seguiram-se sessões solenes em várias escolas e, à noite, foram iluminados vários edifícios do Estado, o Palácio Almada e o Monumento dos Restauradores. Por último, realizou-se uma récita de gala no Teatro de São Carlos, à qual compareceu o Governo.

A partir de 1911, as comemorações passaram a contar com a presença do Presidente da República, sendo o primeiro a fazê-lo o Presidente Manuel d'Arriaga e, seguindo modelos diversos conforme as épocas históricas e a sensibilidade dos poderes políticos, incluíram sempre actos solenes centrados no Palácio Almada (hoje, Palácio da Independência) e na Praça dos Restauradores, junto ao respectivo monumento.

O feriado do 1.º de Dezembro foi, pois, o mais antigo dos feriados civis de Portugal e é o mais alto dos feriados patrióticos, assinalando e fazendo celebrar o mais elevado dos valores de toda a comunidade nacional: a nossa própria independência nacional.

O 1.º de Dezembro evoca a última vez em que, estando sob domínio estrangeiro e tendo perdido a independência nacional, Portugal a reconquistou pelas armas, pondo fim ao domínio dos Filipes (1580-1640) e restaurando assim a soberania nacional independente, então na pessoa do rei D. João IV. A data celebra a acção patriótica de 40 conjurados que, a partir do Palácio Almada, em Lisboa, empreenderam a revolta nacional e constitui tributo a todos os que se bateram –

em particular, àqueles milhares que morreram – nos 28 longos anos da Guerra da Restauração para que Portugal fosse livre e independente. A paz só seria assinada pelo Tratado de Lisboa de 13 de Fevereiro de 1668, depois de numerosas batalhas em Portugal e Espanha, além de vários outros confrontos militares no Brasil, em África e no Oriente, desde ainda o período de domínio dos Filipes e para defesa ou recuperação de possessões portuguesas atacadas ou ocupadas por estrangeiros.

O 1.º de Dezembro presta homenagem a Portugal e às nossas liberdade e independência. Esse foi o sentido da instituição original do respectivo feriado nacional, em resposta a vivos sentimentos e a apelos da sociedade civil despertados desde finais do século XIX.

O 1º de Dezembro é, nesses termos, o próprio Dia de Portugal por natureza das coisas, o dia que, no calendário oficial, celebra o facto sem o qual não existiríamos como Estado, Povo e Nação independentes. E o facto de se o assinalar também, apropriadamente, como Dia de Portugal, sendo efectivamente o mais alto dos feriados nacionais, em nada contende com o 10 de Junho, que celebra Portugal no sentido da portugalidade, valor associado à língua, à universalidade, à diáspora portuguesa e a Camões.

Todos os países que se conhece e cuja História compreende a conquista da independência nacional têm, pelo menos, um feriado nacional que celebra esse facto e esse valor colectivo. Alguns países têm até não só um, mas mais do que um feriado com esses conteúdo e significado. E, na generalidade dos países que adquiriram a independência nacional contra outros, esse feriado é inclusive o principal de todos os feriados, correspondendo ao respectivo Dia Nacional – é o caso dos Estados Unidos da América, com o seu 4 de Julho; é o caso da larga maioria dos Estados-membros da União Europeia; e é o caso de todos os países da CPLP, à parte Portugal.

Salvo quando tendo caído sob dominação estrangeira, não se conhece um só caso de algum país que, tendo feriado ou feriados celebrando a sua independência nacional, o(s) tenha abolido, assim apagando do respectivo calendário oficial a celebração desse valor colectivo fundamental.

Instituído há mais de um século, o feriado nacional do 1.º de Dezembro, designado primeiro como Dia da Autonomia da Pátria Portuguesa, mais tarde como Dia da Restauração da Independência, foi extinto e abolido em 25 de Junho de 2012, pela Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho, que reviu o Código do Trabalho, produzindo essa eliminação efeitos a partir de 2013, nos termos do artigo 10º, n.º 1 desta lei.

Foi um mau passo e uma decisão insuficientemente reflectida, que fere gravemente o espírito nacional, representando funesto regresso ao passado e constituindo um gesto tristemente ímpar na Europa e na comunidade mundial das Nações.

Numa altura em que Portugal sofre fortes limitações ao exercício da sua soberania, em razão da situação financeira do País e de compromissos externos celebrados, importa repor o 1.º de Dezembro e celebrar os valores da independência nacional e do brio e da liberdade de Portugal como valores fundamentais do Estado, de toda a sociedade e da Nação.

Assim,

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de Julho, os cidadãos abaixo-assinados apresentam à Assembleia da República a seguinte Iniciativa Legislativa de Cidadãos:

ARTIGO 1.º

Dia de Portugal, da Restauração e da Independência Nacional

1. É restaurado o feriado nacional de 1 de Dezembro, em homenagem à Independência Nacional de Portugal e com referência à data da Restauração a 1 de Dezembro de 1640.

2. O feriado nacional de 1 de Dezembro é denominado Dia de Portugal, da Restauração e da Independência Nacional.

ARTIGO 2.º

Código do Trabalho e outras leis e regulamentos

1. O artigo 234.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e alterado pelas Leis n.º 105/2009, de 14 de Setembro, n.º 53/2011, de 14 de Outubro, e n.º 17/2012, de 25 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 234.º

[...]

1. São feriados obrigatórios os dias [...], 1 de Dezembro, [...].

2. [...].

3. [...].

2. Sem prejuízo da vigência e da directa aplicação imediata da presente lei, o Governo promoverá, no prazo de cento e oitenta dias, a actualização de todos os diplomas legais e regulamentares referentes às datas dos feriados nacionais obrigatórios onde importe mencionar o 1.º de Dezembro e, bem assim, a sua republicação em texto consolidado.

ARTIGO 3.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 5º dia após a sua publicação.